

Ata 10ª Reunião do GAEPE Arquipélago do Marajó

Reunião: Videoconferência pela Plataforma GOOGLE MEET

Data: 21/08/2023. Início: 09:00 hs

Participantes: Âncora Marajó (Iranilda Ferreira), ARTICULE (Ismar Cruz, Tatiana Bello Djrdjrjan, Maridel Noronha), CNM (Mariza Abreu), FNDE (Raquel Pereira), IEMCI-UFPA (Hércio Ferreira), MPPA (Carlos Eugênio), REÚNA (Dija Santos), SEBRAE-PA (Mauro Barbalho), SEDUC-PA (Julio Meireles), SEMED-Anajás (Thiago Barata), SEMED-Afuá (Kelly Salomão, Luiza Nobre, Maria do Socorro Almeida, Janaina Moura, Josias Lobato), SEMED-Bagre (Elianete Farias, Freidilson, Maria Araujo Ozorio), SEMED-Breves (Gelly Sanches, Renata Machado, Manoela Vieira), SEMED-Cachoeira do Arari (Anete Dias, Tainah Azevedo), SEMED-Chaves (Oneida Valente, Aldemira Ribeiro), SEMED-Curralinho (Edcleybson Ferreira, Nira Gomes, Ligia Sales, Jonas Farias), SEMED Gurupá (Messias Pantoja), SEMED-Melgaço (Vangela Michiles), SEMED-Muaná (Elde Pereira), SEMED-Salvaterra (Klebson Salgado, Dayanne Silva), SEMED-Santa Cruz do Arari (Raíde Pamplona), SEMED-São Sebastião da Boa Vista (Jefferson Patrick, Edivana Costa, Francinaldo Bandeira, Junielson Farias), SEMEC-Soure (Clara Santos), TCM/PA (Cezar Colares, Sérgio Bacury, Marinice Pureza, Everaldo Lino, Diego Estácio, Luis Otávio Barbosa, Rosana Gama, Andressa Silva, Ana Cristina Sodrê, Ailton Lima), Amanda Ribeiro, Antônio Santos, Belca Almeida, Daer Motta, Danielle Fátima Pereira, Edivanete Pessoa, Jhennyfer Sales, Katia Tabosa Moreira, Lidiane Brito, Lucas Pinheiro, Integração Rede Mondó, Marcilene Franco, Marilea Carneiro, Nazaré Machado, Rubsnelson Malato.

Ismar Cruz (ARTICULE) deu as boas-vindas aos participantes. Em seguida, apresentou a todos a Maridel Noronha, nova integrante do Instituto ARTICULE e que passará a integrar o GAEPE.

No item Informes, **Cezar Colares** (TCM/PA) informou que foram realizadas duas reuniões com o FNDE sobre as obras paralisadas, sendo uma específica com os municípios do Marajó e outra com os demais municípios do Pará. Nessas reuniões foi apresentado todo o passo a passo para o município retomar àquelas obras na área da educação que se encontram paralisadas, e informado que o prazo estabelecido para manifestação do município é o dia 10 de setembro próximo. Em torno de 40 a 50% das obras paralisadas no Pará estão no Marajó, e existem municípios da região que possuem cerca de 15-16 obras paralisadas, sejam escolas, quadras ou creches. Possivelmente a obra que não foi retomada vai ter que devolver os recursos que recebeu, e devolver atualizado, então é fundamental que se faça um levantamento de todas as obras, mesmo aquelas que talvez não seja mais de interesse de ser retomada, e conversar com o FNDE para verificar como solucionar essas situações.

Informou que foi realizada reunião com a Secretária Executiva do Ministério de Direitos Humanos, sobre um Programa que esse Órgão está desenvolvendo em vários municípios do Marajó, e que propôs trabalhar em conjunto, por meio do GAEPE. Com essa nova parceria é possível se avançar na área social, de fazer o levantamento da rede de proteção social e trazer a área da assistência social para o trabalho conjunto com a educação que está sendo feito no Marajó. O Ministério está tentando também reunir todas as ações do governo federal na região, e na reunião foi discutido a questão da conectividade da internet nas escolas.

Por fim, informou que vários municípios do Marajó têm postado no Whatzapp do GAEPE o recebimento do material didático do "Alfabetiza Pará", encaminhado pela SEDUC/PA, ressaltando a importância dessa iniciativa estadual em melhorar o nível de aprendizagem dos alunos. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho sobre esse Programa de alfabetização no âmbito do Marajó, naturalmente com o aval da Secretaria Estadual de Educação, assim como hoje ocorre com os grupos de formação continuada de professores e o da busca ativa escolar.

Clara Santos (SEMED-Soure) informou que é fundamental se lutar pela alfabetização dos alunos, e que por isso, em Soure, além dos programas do GAEPE já existentes, foi implantado o Projeto "Búfalos com

passos firmes”, com o apoio do Instituto Elos, de São Paulo, que já está capacitando os professores da rede municipal, e que estes já estão atuando nas escolas, com a expectativa de que em alguns meses ocorra uma melhoria na educação do município.

Renata Machado (SEMED-Breves) falou que é interessante a proposta de criação de grupo do “Alfabetiza Pará”, e que sentiu falta do GAEPE no Congresso Brasileiro de Alfabetização, que ocorreu na UFPA, pois é importante a presença desse Gabinete nessa discussão e, além disso, como coordenadora municipal do “Alfabetiza Pará” em Breves, entende que é importante esse acompanhamento e alinhamento pelo GAEPE dessas ações de avaliação dos alunos que estão ocorrendo, informando que na próxima semana vai ocorrer uma formação do grupo de formadores em alfabetização.

Julio Meireles (SEDUC/PA) concordou plenamente que todos os esforços são bem-vindos para que se possa dar robustez à implementação do “Alfabetiza Pará”, e que não é diferente no público específico do arquipélago do Marajó. Colocou-se à disposição para ajudar na criação do grupo e que, juntos, pode monitorar e acompanhar. Informou que no final deste mês virão 700 profissionais dos municípios, para conhecerem e se apropriarem do material pedagógico do Programa, visto que se trata de uma política instituída por lei, e que vai ter muito desdobramento, e, portanto, com o apoio de todos certamente vai contribuir com a política pública na área da educação.

Foi deliberado a criação do GT - Alfabetiza Pará no âmbito do GAEPE Marajó, que será coordenado pela SEDUC/PA, com a participação dos coordenadores municipais dos Programas “Alfabetiza Pará” e “Avalia e Aprende”, TCM/PA e Instituto ARTICULE, ficando a SEDUC/PA na responsabilidade de criar esse grupo.

Foi reforçado o alerta aos municípios do Arquipélago do Marajó sobre a data limite para aderir ao Pacto para retomada das obras junto ao FNDE, que se encerra em 10/09/2023.

No item sobre a Análise da 1ª avaliação diagnóstica e formativa e planejamento da 2ª avaliação diagnóstica dos alunos do ensino fundamental, **Dija Santos** (REÚNA) informou que, depois da 1ª avaliação que foi aplicada no 1º semestre, foi preciso fazer um esforço para se ter uma possível visualização dos resultados. Agora, é necessário que esses resultados sejam investigados em cada município, e para tanto recomenda que sejam formados comitês de professores para procederem a análise das informações resultantes da avaliação realizada, para, a partir daí, propor planos de ação sobre os próximos passos a serem adotados pela rede de ensino. Informou que no Google Drive estão disponíveis todos os resultados, por município, e, para tecer comentários sobre esses resultados, selecionou o resultado do 5º ano ocorrente nos municípios do Marajó. Analisou que na aplicação ocorrente em 16 municípios, em 472 escolas, e em quase 5 mil alunos, o resultado foi a média geral de 3,0 (em uma escala de 0 a 10) dos estudantes em língua portuguesa, e de 4,0 em matemática. A questão a ser feita é: Qual é a porcentagem de estudantes que acertou a questão colocada e quem errou, e por que errou?

No seu entendimento, essa é a grande discussão nesse momento. Sabe-se que o estudante errou, mas o que será que está acontecendo nos processos cognitivos do aluno que está impedindo que ele chegue no resultado que se quer atingir? No caso da questão relativa à leitura de um boleto, por exemplo, os que erraram provavelmente estão com dificuldade de fazer a leitura adequada sobre a data limite. É preciso, nesse momento, por parte de cada município, um olhar mais analítico sobre a situação de aprendizagem, para se definir quais são as prioridades de estudo dessas habilidades, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, e garantir a progressão de aprendizagem desses estudantes nos próximos anos. Tem que focar também nos pontos fortes dos alunos, e verificar quais são eles, pois mesmo com a média geral de 3,0 existem estudantes que tiraram 10 nessas avaliações. Onde estão esses estudantes, como que eles estão se destacando que atuação que está sendo feita? Tem que olhar para os lados das oportunidades, mais do que das coisas que ainda não estão adequadas, tendo em vista, por exemplo, que todos os esforços do GAEPE são para melhorar esses indicadores. Identificar as áreas de melhoria são as próximas identificações. Se foi aplicada prova no município, no primeiro e no segundo ano, quais são as diferenças das avaliações entre elas? Isso é importante para diagnosticar se existem coisas que se está fazendo, que vão reverberar nos próximos anos nos resultados e metas de aprendizagem estabelecidas pela escola ou pelos padrões educacionais.

Outra pergunta a ser feita é: quais são os fatores que podem estar influenciando os resultados? É bastante importante lembrar que essa foi uma primeira aplicação desse processo de avaliação, e se tem ouvido que para alguns professores foi um grande desafio essa primeira etapa, e continua sendo nesse momento de aplicação da segunda etapa de avaliação no município, além do fato das limitações do recurso utilizado pelo “Avalia e Aprende” com relação aos alunos com deficiência e sobre o uso de vídeos durante essa aplicação. Tudo isso deve ser considerado também nessa próxima prova, e aqui é o ponto mais relevante, que se refere às ações que podem ser tomadas com base nesses resultados, sendo possível também estabelecer um plano de comunicação desses resultados para os estudantes, pais e professores.

Cezar Colares (TCM/PA) ressaltou a importância do que realmente fazer com esses resultados, seja no âmbito do município seja pela própria rede de ensino municipal. Sugeriu que cada rede de ensino criasse um grupo de trabalho para se debruçar sobre os resultados, e que seja compartilhado não somente com as pessoas da área de educação, mas com o prefeito e com os secretários de todas as áreas do município, para expor os resultados, e com os pais dos alunos, pois nas audiências públicas realizadas nos municípios muitos pais questionavam sobre os resultados da educação, pois, segundo eles, os alunos não deviam passar de ano porque eles não sabem ler. Da mesma forma, entende ser necessário compartilhar esses resultados com a SEDUC/PA, inclusive porque essa Secretaria está implementando o “Alfabetiza Pará”, com a UFPA, que está realizando a capacitação dos professores do Marajó, e com o MEC, para servir de embasamento para futuras ações que o Ministério possa ter na região.

Dija Santos (REÚNA) informou que a segunda aplicação diagnóstica já estava prevista desde o começo do ano e, que de acordo com o cronograma estabelecido com o REÚNA, está previsto para agosto. Na reunião com os coordenadores locais realizada há alguns dias ouviu-se alguns desafios sobre retorno das aulas, sobre datas comemorativas, mas solicitou que as equipes locais se organizem para priorizar essa segunda aplicação, e por conta disso o prazo para realização da aplicação foi estendida. Têm escolas que estão aplicando desde a semana passada, pois conseguiram manter os prazos acordados, e têm escolas que só vão começar em setembro, depois da semana da Pátria. É preferível a aplicação acontecer do que não acontecer, por isso é que se abriu essa janela um pouquinho mais ampla. Todos os municípios já possuem os materiais pedagógicos.

Sérgio Bacury (TCM/PA) complementou, informando que todos os 17 municípios do Marajó vão realizar a segunda avaliação diagnóstica, com o seguinte calendário: no período de 14 a 21/agosto, 02 municípios; de 21 a 28/08, 02 municípios; de 28/08 a 04/09, 05 municípios; e, de 11 a 18/09, 08 municípios. Ressaltou que em breve vai discutir com os coordenadores locais sobre a necessidade de se fazer uma campanha nos municípios, do tipo “Partiu SAEB”, na semana anterior à realização das provas do SAEB, como forma de sensibilizar e envolver as SEMEDs, escolas, comunidade escolar, para estimular os alunos a participarem ativamente dessa avaliação, pois a presença mínima de 80% de alunos participantes é um dos condicionantes para a geração das notas.

Dayanne Silva (SEMED Salvaterra) informou que em Salvaterra o planejamento do “Avalia e Aprende” iniciou a partir dos encontros que ocorrem em dezembro/2022 com a equipe do Instituto REÚNA e do TCM/PA. Foi feito um estudo do material que seria viabilizado para os municípios e, a partir disso, foi estruturado um cronograma sob o cronograma disponibilizado pela equipe, que contou com o auxílio da equipe do Censo Escolar, porque como essa informação chegou no mês de janeiro/2023 os professores e os alunos estavam de férias, as escolas não estavam funcionando plenamente. Assim que fechou o período de matrícula, foi feita a contagem dos alunos. Ainda em janeiro, a SEMED entrou em contato com a gráfica, para fazer a impressão, e com isso otimizar o tempo, pois enquanto o material seria impresso na gráfica a equipe organizava outros processos, como as formações dos professores.

Um dos pontos fundamentais foi enviar para gráfica todos os materiais, incluindo o caderno da 1ª avaliação, o caderno da avaliação formativa, e o caderno da 2ª avaliação. Foi feita a mobilização dos motoristas, que foram muito parceiros da SEMED, porque eles se mobilizaram e se dividiram para fazer a distribuição desses cadernos em tempo hábil, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano, de acordo

com o cronograma apresentado. As formações dos professores foram realizadas de forma diferenciada, para evitar que se tirasse o docente da sala de aula, pois era necessário que eles estivessem no espaço escolar para que os alunos não fossem prejudicados. Então, em vez deles virem até a SEMED, a Secretaria foi até eles. Eles trabalhavam até o intervalo, e após o intervalo eles disponibilizavam para os alunos as atividades, para que eles pudessem fazer em casa. Em seguida, a equipe da Secretaria reunia os professores na escola para fazer as formações, no seu expediente de trabalho, seja no turno matutino seja no turno vespertino. Dessa forma foi que se conseguiu cumprir essa etapa de formações estipuladas pelo calendário e pelo cronograma do REÚNA e do TCM/PA.

Outro ponto fundamental foi a solicitação das escolas dos seus planos de ação, para que se pudesse cruzar com o calendário escolar, e, com isso, todos pudessem participar tanto dos encontros formativos quanto dos momentos de correção das atividades do estudo do material. A sensibilização dessa parte foi extremamente importante, para evitar a resistência dos professores. Durante todo o período de aplicação das avaliações, a equipe da SEMED visita as escolas, e com isso consegue prever os problemas. Outro dado muito importante é que se conseguiu fazer a análise dos resultados de toda a rede de ensino com base na planilha fornecida pelo REÚNA, pois os professores foram treinados para o preenchimento dos dados, e a resposta da Secretaria foi imediata. Foi feito um encontro com os docentes do espaço rural e do espaço urbano, e foi feita a análise das planilhas que eles mesmos tinham preenchido, verificando, por escola, quais foram as fragilidades, estruturando, a partir dessas fragilidades, os planos de intervenção. Cada escola montou o seu plano de intervenção personalizado, de acordo com as suas fragilidades, encaminhou para a Secretaria, foi realizada nova reunião geral, e foram sugeridas estratégias que seriam possíveis para solucionar nessas fragilidades. A partir disso, conversou-se com os docentes sobre o que seria viável, foi estruturado ainda no mês de maio uma oficina com práticas de alfabetização, os docentes produziram muito material, aplicaram no mês de maio, e em junho iniciaram as formativas. Agora, o município está aplicando o caderno 2 da avaliação diagnóstica, que já estava impresso e que foi segurado na Secretaria, até para que esse material não fosse perdido nas escolas ou que os docentes não confundissem, e que só foi distribuído no mês de julho. Então, no mês de julho, a SEMED estava a pleno vapor, organizando e distribuindo material. A Secretaria não parou. Por fim, mais um ponto primordial foi a questão dos grupos no WhatsApp, que foram criados com os professores e com os técnicos, pois permitiu o monitoramento constante das atividades, com suporte nas 24 horas, inclusive sábado e domingo, o que motivou bastante os professores, pois quando eles têm dúvida, perguntam, e com isso se consegue superar os desafios.

Foi deliberado que o GAEPE deve compartilhar os resultados da avaliação do REÚNA com a SEDUC/PA, UFPA, MEC e com outros segmentos de interesse, destinatários esses a serem identificados pelo TCM/PA e ARTICULE, os quais são responsáveis por essa ação.

No item sobre o Cumprimento dos 200 dias letivos, **Mariza Abreu** (Consultora na área da educação, da Confederação Nacional dos Municípios – CNM) falou que de acordo com a Constituição e a LDB, tem que se cumprir os 200 dias letivos e as 800 horas, que isso não pode ser descumprido, é obrigatório. As 800 horas e os 200 dias têm que ser asseguradas em todos os anos letivos, tem que se encontrar mecanismos extraordinários para fazer isso. Citou, como exemplo, a realidade vivenciada na rede estadual do Rio Grande do Sul, onde ocorreu várias situações de recuperação de dias de greve, mas nunca se abriu mão dos 200 dias e das 800 horas, com aula no sábado, não houve mais recesso no mês de julho, avançou dezembro e janeiro. Sugeriu, como exemplo, um sábado, de manhã, com duas horas de aula para as turmas da manhã e com duas horas de aula para as turmas da tarde, se não for possível as 4 horas naquele dia, essas duas horas podem que ser compensadas nos outros dias úteis da semana. Disse que durante a pandemia não se abriu mão das 800 horas e dos 200 dias no ensino fundamental e no médio, só se admitiu uma flexibilidade para educação infantil. Os atos normativos do Conselho Nacional de Educação indicaram, para contornar as dificuldades do cumprimento dos 200 dias e das 800 horas, o ensino híbrido, articulando as atividades presenciais com atividades pedagógicas não presenciais, em que os alunos tinham que entregar a tarefa feita online ou em material impresso, visto que não tinham como assegurar para todos os alunos acesso aos materiais digitais.

A pandemia acelerou um processo que aconteceria normalmente no processo educacional, que foi a incorporação das tecnologias digitais e de articulação entre presencial e não presencial. Citou, como exemplo, duas experiências vivenciadas:

a) Era comum que a professora desse uma tarefa para os alunos fazerem em casa, e muitas vezes essas tarefas eram completamente em material impresso, e muitas vezes os alunos tinham que devolver para a professora, porque inclusive entrava na avaliação do bimestre ou trimestre, mas esse trabalho pedagógico não era contado como carga horária, até porque era 180 dias antes. Hoje, essa questão veio para ficar, que é a combinação de atividades presenciais e não presenciais feitas em material impresso ou por tecnologias digitais, podendo contabilizar na carga horária do ano letivo, mas tem que ter isso bem feito e assegurar que todos os alunos tenham acesso a essa atividade. Se for usar tecnologia digital, tem que garantir que todos tenham acesso, senão vai aumentar a desigualdade. Na sua percepção, nada substitui a escola, a convivência com os colegas e o professor. O presencial é absolutamente necessário e imprescindível, que pode ser combinado com não presencial, mas não eliminado.

b) Era comum o professor dar uma tarefa para 30 crianças fazerem na sala de aula, sozinhas, cada um baixava a sua cabeça na sua classe, na sua carteira, e ficava fazendo a atividade, o que gerava, inclusive, um problema de gestão da turma, porque como todas as pessoas não têm o mesmo ritmo, alguns mais acelerados e outros mais lentos, e quando a professora dizia que o tempo tinha acabado sempre tinham dois ou três alunos que não tinham terminado a sua tarefa. Diante disso, a pergunta que se faz é: para o aluno fazer sozinho, precisa ser feito no espaço físico da sala de aula? Esse exercício não poderia ser dado entre uma aula e outra, e ser feito em casa?

Resumidamente, não tem possibilidade legal de não cumprir a carga horária mínima prevista na LDB, que estabelece 800 horas divididas em 200 dias, com jornada parcial de quatro horas diárias. Se não garantir isso para os alunos, vai aprofundar a desigualdade, pois esses alunos têm menos tempo de aprendizagem do que os demais alunos da maioria das escolas brasileiras. Simultaneamente, pode-se construir alternativas, e a alternativa mais viável é essa do ensino híbrido, essa combinação de atividades presenciais com não presenciais, mas adequadamente planejadas, de forma a assegurar a equidade entre os alunos, e de forma adequadamente registrada.

Cezar Colares (TCM/PA) afirmou que no Marajó é muito problemático o descomprimento desse calendário dos 200 dias letivos. Quando o Tribunal visitou os municípios, foram verificadas inúmeras situações de descumprimento. Em um município, o diretor de escola disse que não tinha tido nem 110 dias letivos e, ao se procurar as razões para isso, primeiro se observou que era algo considerado normal, então se deparou com uma série de situações que faziam com que não houvesse aula: um feriado que não foi nem apontado no calendário, o dia em que o professor da zona rural precisa ir à sede do município para receber o seu salário (que pode consumir de 2 a 3 dias, ou até mais), os dias de festas religiosas, a falta de transporte escolar, a falta da alimentação escolar. Foi visitada uma escola na zona rural de um município, bem distante da sede, e nesse dia não tinha aula porque era uma escola multisseriada e só tinha um servidor na escola, que era o professor, que ministrava aula, preparava a alimentação dos alunos, limpava a escola, e, nesse dia da visita, não tinha aula porque o professor tinha ido buscar a alimentação escolar na SEMED utilizando o seu barco. A Secretaria tem que mandar deixar a alimentação na escola, não pode o professor sair para ir buscar alimentação, e por isso não ter aula. Se todas essas situações ocorrem, como as aulas vão ser repostas? No seu entendimento, e com base na exposição da Mariza Abreu, os 200 dias letivos são legais e obrigatórios, e, do ponto de vista pedagógico, é um desastre, pois se com 200 dias o resultado do aprendizado do aluno não é satisfatório, imagine o resultado quando se tem somente 120 ou 150 dias letivos, ou menos do que isso. Sugeriu que o GAEPE emita uma nota ou uma resolução sobre essa questão.

Ismar Cruz (ARTICULE) informou que está em elaboração um questionário, a ser enviado a todos os municípios, para levantar todas as situações que vêm ocasionando o não cumprimento do calendário escolar, e os municípios vão ter a oportunidade de relatar a sua realidade sobre esses problemas e de que

forma eles entendem que pode ser superado essa questão. A partir desse levantamento, o GAEPE poderá se posicionar mais adequadamente.

Mariza Abreu sugeriu duas medidas para solucionar esses problemas: a) Conversar com os professores e os gestores educacionais e mostrar que a legislação é impositiva, e as consequências são danosas para os alunos dessas redes; b) Penalização para quem não cumprir os 200 dias letivos. Em atendimento à solicitação de **Tatiana Bello Djrdjrjan** (ARTICULE) sobre a qualidade pedagógica do cumprimento dos 200 dias letivos, disse que se for ver mesmo o percentual de atividade pedagógica do professor com alunos é um percentual muitas vezes ainda menor, porque se percebe que as redes fazem um olhar para fazer esse cumprimento formal, mas muitas vezes com atividades que não estão relacionadas diretamente ao processo de aprendizagem. Existem inclusive estudos internacionais que mostram assim a duração da aula de 50 ou de 60 minutos, mas qual é o tempo efetivo de trabalho pedagógico que ocorre, pois tem a chamada, tem o intervalo, tem o tempo que o professor leva de uma sala de aula para outra. Nos anos finais do ensino fundamental há uma série de estudos que mostram que o tempo do trabalho pedagógico é menor do que a duração formal da hora. Agora, isso é gestão pedagógica da rede, é o próprio secretário e sua equipe terem compreensão da importância do tempo do trabalho pedagógico e motivarem as suas escolas e os seus professores e acompanharem, exigirem que o trabalho seja realmente das 800 horas, e não fazer de conta que é 800, mas na prática somente ocorrer 600. É uma questão de compreensão do uso do tempo, e é ao mesmo tempo uma questão da proposta pedagógica, do plano pedagógico de cada escola alinhado ao currículo da rede de ensino e ao currículo do Estado.

Kelly Salomão (SEMED Afuá) informou que no seu município têm muitos problemas para cumprir os 200 dias letivos, assim como em todos os outros municípios, mas que se procura da melhor forma possível adequar os calendários, pois existe um calendário oficial da SEMED e existem vários outros calendários, que são discutidos de acordo com a realidade de cada escola, de cada uma das 24 regionais existentes no município. Como se depende de transporte escolar, não se pode ter o mesmo calendário da cidade para a zona rural. No caso do professor receber o seu salário, ele passa o mês todo na zona rural e, no dia do pagamento, ele quer vir para cidade receber, ver sua família, comprar alimentação. Afuá é um dos municípios que já decidiu pelo pagamento na última sexta-feira do mês, para que o professor venha após o término da aula receber o seu salário e passar o final de semana com a sua família. Estamos agora tendo a situação de uma escola na cidade que foi preciso trocar o telhado, ampliar a escola com mais oito salas, que possui o horário intermediário, e por conta do atraso na obra foi necessário adiar o início do segundo semestre.

Foi deliberado a emissão de Nota Técnica pelo GAEPE sobre a obrigatoriedade de cumprimento, pelas redes escolares, dos 200 dias letivos e 800 horas anuais, previsto na LDB, abordando as consequências legais e pedagógicas do seu não cumprimento, ficando o ARTICULE na responsabilidade de redigir essa Nota e submeter posteriormente à aprovação dos integrantes do GAEPE.

Foi definido que o GAEPE realizará pesquisa junto às escolas das redes municipais de ensino do Marajó para identificar as razões do não cumprimento do calendário escolar mínimo, cujo resultado de levantamento será avaliado pelo GAEPE com vistas à elaboração de estratégias visando à superação desse desafio, ficando essa tarefa na responsabilidade do TCM/PA e do ARTICULE.

No item sobre Avaliação do curso de formação continuada de professores, **Hercio Ferreira** (IEMCI/UFPa) disse que quando foi elaborado o curso de formação continuada se tinha alguns parâmetros e índices para trabalhar, com base no diagnóstico educacional elaborado pelo TCM/PA, e agora o “Avalia e Aprende” pontuou justamente aquilo que se pretendeu fazer, que é a alfabetização e letramento em matemática e língua portuguesa. Por conta disso, entrou em contato com o Instituto REÚNA para saber mais sobre o projeto. Relatou que foram certificados 432 professores que concluíram o curso, dos 510 professores inscritos, pois 78 professores não retornaram para o curso, em julho. O curso foi realizado praticamente gratuito, com pouca despesa para os municípios. Somente em 02 municípios é que faltou mais apoio e engajamento, principalmente porque acharam que o curso era voltado para coordenadores pedagógicos, ou seja, multiplicadores. Muito embora haja necessidade de capacitar esses profissionais, o

curso aprovado pelo MEC era realmente para os professores melhorarem as suas estratégias de ensino. O curso para multiplicadores exige a seleção da turma mais voltada para habilidades, o material didático é diferente, assim como o caderno de atividade. Como alguns municípios não entenderam bem essa proposta, tentaram modificar as turmas, e isso causou um certo prejuízo viú pessoal, pois ao retomar a turma para professores realmente ribeirinhos, trouxeram professores às pressas e alguns desses não voltaram na segunda etapa.

Outra questão diz respeito à proporcionalidade de turmas, que deve ser repensado, pois no caso de Breves, por exemplo, que tem mais de 200 escolas no meio rural, trabalhar com uma turma de apenas 30 professores é quase insignificante. É evidente melhorou a estratégia de ensino desses professores cursistas, mas se quer realmente trabalhar nos municípios para ter um resultado significativo no curto e médio prazos, tem que se pensar em ampliar o número de professores cursistas. Informou que conversou sobre o curso com o professor Evandro Costa de Medeiros, que é o atual Coordenador Geral de Políticas de Educação do Campo do MEC, que contempla a educação do campo e educação escolar indígena. O curso foi aprovado pela auditoria da União.

Manoela Vieira (SEMED Breves) informou que a Secretária de Educação se reuniu com a direção do IEMCI/UFPA e conseguiu a oferta de um curso de graduação voltado para os professores alfabetizadores do município, assim como uma parceria para a oferta de curso de mestrado, com 25 vagas específicas para os professores da rede municipal. O processo seletivo deve ocorrer entre agosto-setembro/2023, devendo ser publicado um edital, com início das aulas em janeiro/2023. Falou que em relação ao “Avalia e Aprende”, o município realizou a 1ª avaliação com atraso, mas que até 12/setembro deve concluir as aplicações da 2ª avaliação no meio rural. E a gente achava que ia ter mais dificuldade, a gente conseguiu aplicar com mais facilidade, nós estamos aplicando.

Renata Machado (SEMED Breves) informou que no município houve um processo seletivo para os professores interessados em realizar a formação continuada, e agradeceu ao Hércio Ferreira por aberto duas vagas para os coordenadores de todas os municípios, contemplando, nesse caso, Breves. Os coordenadores acompanham de maneira muito próxima a prática pedagógica dos professores, e isso foi importante porque a maioria dos coordenadores estão coordenadores hoje, mas também são professores da sala de aula. E, pela necessidade de formar mais professores, é que Breves buscou junto ao IEMCI/UFPA a oferta de curso de graduação para os seus professores e a primeira turma de mestrado para os professores alfabetizadores. Acrescentou que a gestão municipal está pensando na possibilidade da construção do laboratório de alfabetização, que vai trabalhar em articulação com o “Alfabetiza Pará” e com esses professores que participaram da formação continuada.

Anete Dias (SEMED Cachoeira do Arari) comentou que no seu município foi dado apoio aos professores com transporte, alimentação e material, e as aulas ocorreram em sala refrigerada para melhor aprendizagem, e que não houve evasão dos professores na primeira e na segunda etapa, o que foi muito positivo. **Clara Santos** (SEMED Soure) comentou que a SEMED deu todo o suporte necessário para hospedagem e alimentação dos professores, assim como o material didático pedagógico utilizado na formação. Na segunda etapa faltaram 03 professores, e todos os que concluíram o curso já retornaram para as suas escolas no espaço rural e estão colocando em prática os novos conhecimentos. **Messias Pantoja** (SEMED Gurupá) afirmou que as vagas no município foram distribuídas de acordo com os 17 polos da rede municipal, para que se pudesse ter uma organização de atendimento da formação, contempla a realidade do campo. Esteve visitando o IEMCI/UFPA para agradecer e para sinalizar o possível interesse em garantir um curso de graduação para o Marajó. **Hercio Ferreira** disse que no IEMCI/UFPA existe o curso novo de mestrado profissional voltado para o ensino de ciências, matemática e linguagem, e direcionado para professores das redes estadual e municipal de ensino. Para tanto, é preciso que os municípios demandem por esse tipo de curso, pois inclusive pode ser ofertado pelo PARFOR, e finalizou dizendo que a UFPA está à disposição para ajudar nessa questão da educação.

Foi deliberado que o IEMCI/UFPA avaliará a possibilidade de entrar em contato com os municípios do Marajó, visando prestar esclarecimentos relacionados aos cursos de graduação e mestrado para os professores da rede de ensino.

Nada mais sendo discutido, foi encerrada a reunião.

TCM/PA * Instituto Articule
Grupo Gestor do GAEPE Arquipélago do Marajó